**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO/PA
EXTRATO DE CONTRATO**

Data da Assinatura: 10 de setembro de 2008

01-Contrato 030/2008 – CONSTRUTORA GARROSO LTDA, CNPJ. 08.145.417/0001-54 Rua Suriname nº 01, Qd. 02 – bairro vale do Sol III – Novo Repartimento, com valor total de R\$196.946,90 (cento e noventa e seis mil novecentos e quarenta e seis reais e noventa centavos); OBJETO: a execução, sob o regime de empreitada preço global dos servidores de Reforma e Ampliação da Escola Municipal de Ensino Fundamental “O bosque”, localizada no bairro Vila Tucuruí – Zona Urbana no Município de Novo Repartimento. EDITAL Nº 013/2008 – Tomada de Preço. Assinam: Bersajones Moura, Prefeito Municipal, pela Prefeitura Municipal de Novo Repartimento-Pa, Estado do Pará e Sergio Garroso pela empresa Construtora Garroso Ltda. Dotação Orçamentária: Funcional: 20. 3025.1236100.1031-Fundeb- Aplicação na Estrutura do Ensino Fundamental; Elemento de despesas: 44.90.51.00.00 – Obras e Instalações: Fonte de Recursos: 0.2.38.00 – Transferência de Recursos do Fundeb. Novo Repartimento-Pa, 10 de setembro de 2008.

José Quintino de Castro Leão Junior – Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO/PA
EXTRATO DE CONTRATO**

Data da Assinatura: 01 de setembro de 2008

01-Contrato 026/2008–J.D. DE SOUZA NASCIMENTO-EPP – DISMEMBEL – CNPJ. 04.513.119/0001-19 Localizada a Rua Trv. Doutor Enéas Pinheiro, nº869-Pedreira – Belém -Pa, com o valor total de R\$1.484.803,26 (um milhão quatrocentos e oitenta e quatro mil oitocentos e três reais e vinte e seis centavos). 02 –Contrato nº 027/2008 Contratada: FABIANO PEREIRA DA SILVA – NEOFARMA, CNPJ/MF: 03.079.492/0001-40, Localizada a Rua Maranhão, nº 07/A – Centro-Imperatriz-MA, com valor total de R\$763.903,57 (setecentos e sessenta e três mil novecentos e três reais e cinquenta e sete centavos): 03- Contrato nº 029/2008 – Contratada: NATAN COMERCIO LTDA – EPP, CNPJ/MF: 02. 771.547/0001-16, Localizada a Rua da Piçarreira, nº1915 – Centro Marituba-Pa, com valor total de R\$711.323,96 (setecentos e onze mil trezentos e vinte e três reais e noventa e seis centavos); OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE MEDICAMENTOS ESPECIALIZADA NO RAMO PARA O FORNECIMENTO PARCELA DO DE MEDICAMENTOS EM GERAL, CONTROLADOS E DA FARMÁCIA BÁSICA, MATERIAIS TÉCNICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E LIMPEZA GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO DO HOSPITAL MUNICIPAL SÃO FRANCISCO, UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, POSTOS DE SAÚDE DA ZONA URBANA E RURAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO NO MUNICÍPIO DE NOVO REPARTIMENTO-PA. **EDITAL Nº005/2008-** Pregão Presencial. Novo Repartimento-Pa, 10 de setembro de 2008. José Quintino de Castro Leão Junior – Pregoeiro.

TRAMONTINA BELÉM S/A

CNPJ Nº 14.068.605/0001-29 Extrato da ARCA realizada em 28/07/2008 às 17:00 h. do dia 28/07/08, na sede social, sita no Dist. Ind. de Icoaraci Setor C, Qd. 02, Lotes 3 a 8, Belém-PA., reuniram-se os membros do Cons. de Adm. de TRAMONTINA BELÉM S/A, para sob a presidência do Sr. Clovis Tramontina deliberar sobre a emissão de 16.129.346 ações Ordinárias Nominativas, ao preço de emissão de R\$ 0,22 por ação, totalizando R\$ 3.548.456,02, dentro do limite do Capital Autorizado, a serem integralizados com recursos próprios, em moeda corrente nacional, conforme depósitos efetuados no Banco Bradesco S/A. foi aprovado por unanimidade a subscrição das ações acima, conforme boletim de subscrição de 28/07/08, assinado por CRPAR - Participações LTDA; BEMPAR Participações LTDA., o Sr. Presidente comunicou que os acionistas, haviam assinado o referido Boletim de Subscrição, solicitando a aprovação dos atos pelos demais Membros do Conselho, o que foi unanimemente aprovado. Clovis Tramontina – Pres.; Eduardo Scomazzon ; Ivo Tramontia e Ruy José Scomazzon. Referida ata foi encerrada em 28/07/2008, tendo seu texto integral sido lavrado em livro próprio e arquivado na JUCEPA, sob o nº 20000185906 do dia 10/09/2008. GETULIO VILLAS MOREIRA. Secretário Geral.

CIA AGROPECUÁRIA DO JAHU S/A

CNPJ/MF 05.426.846/0001-01, torna público que requereu da SEMA/PA o CAR e a LAR da fazenda JAHU, localizada no Município de Santa Maria das Barreiras, Estado do Pará, para criação de bovinos de corte.

Belém do Pará, 11 de setembro de 2008.

Evandro G. Ferreira
Diretor

ELDORADO EXPORTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

torna público que requereu a SEMA - Secretaria de Meio Ambiente, a renovação de sua Licença de Operação na data de 20/08/08, para beneficiamento de 115m3/dia de madeira serrada, na Estrada Nova do Outeiro, Qd.03, St.B, Lts. 1/11-Dist.Ind.de Icoaraci.

MINERAÇÃO VILA PORTO RICO LTDA

A MINERAÇÃO VILA PORTO RICO LTDA, torna público que solicitou à Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, Licença de Operação, para pesquisa mineral no município de Jacareacanga – PA.

J D PROCÓPIO MADEIRAS

sit:Rod BR 163 snº km 1000,Vila Isol N.Progresso PA CNPJ:07.826.374/0001-00 Torna-se publico que recebeu junto a SEMA L O para desdobro de madeira validade ate 11/08/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ

A Prefeitura Municipal de Uruará pública o extrato do contrato nº 20080032 firmado entre a Secretaria municipal de Saúde e a empresa SILVA & PONTES LTDA EPP. Valor global: R\$-52.242,50 (cinquenta e dois mil, duzentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).Objeto: aquisição de equipamentos e material permanente para atender o Hospital Municipal e os Postos de Saúde, referente ao Pregão Presencial nº 9/2008-00025.Uruará-PA,09/09/08. *Republicado por incorreção no DOE 31252 de 11/09/2008.

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB
SEÇÃO DO PARÁ**

CONSELHO SECCIONAL DA OAB/PA

ACÓRDÃO: Nº 29/08 P.D.007/04 Rpte/Rcda: Maria de Lourdes Xavier de Souza. Rpto/ Rcte: A.N. do N. (OAB/PA nº 7646). EMENTA: Locupletação à custa do cliente, ausência de desproporção entre o serviço prestado e o valor fixado de honorários, inexistência. Conduta Incompatível com a advocacia. Cobrança Abusiva de honorários advocatícios. Configuração de infração ético-disciplinar ao art. 34, XXV da Lei nº 8.906/94. Aplicação de Punição ao advogado com Pena de Suspensão, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias. Decisão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros da OAB/PA, por unanimidade de votos, acompanhar o voto vista, conhecendo do apelo e dando-lhe parcial provimento para afastar da condenação o art. 34, XX da Lei nº 8.906/94, mantendo-se os demais termos da decisão proferida pelo Tribunal de Ética e Disciplina, pela procedência da infração disciplinar com base no art. 34, XX e XXV do EOAB, com aplicação da Pena de Suspensão ao advogado, pelo prazo de 120 (cento e vinte), nos termos do voto vistas. Sala de Sessões “Aldebaro Klautau”, em 04/09/2007. Angela Serra Sales – Presidente da OAB/PA. Edgard Mário de Medeiros Junior – Conselheiro Relator da OAB/PA. **ACÓRDÃO: Nº 30/08** P. D.041/07 Rpte/Rcte: Nelson Antonio Navarro de Souza. Rpta/ Rcda: A.C.L. P. (OAB/PA nº 7316). EMENTA: Deve o constituinte propiciar ao advogado contratado as condições necessárias ao exercício pleno do mandato, como o pagamento de preparo do eventual recurso. Ademais, embora seja a apelação, como extensão da ação, um direito subjetivo da parte sucumbente, não se visualiza, no presente caso, a mais remota possibilidade de reforma da decisão sob censura do representante/ recorrente. Desta feita, por não restar provada a desidía da advogada recorrida, que agiu dentro da boa técnica. Decisão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros da OAB/PA, por unanimidade de votos, conhecer do recurso interposto pelo recorrente, porém negar-lhe provimento, mantendo inatacável a decisão da Presidência desta Seccional, de arquivamento preliminar da representação, nos termos do voto relator. Sala de Sessões “Aldebaro Klautau”, em 07/08/2007. Angela Serra Sales – Presidente da OAB/PA. José Ronaldo Dias Campos – Conselheiro Relator da OAB/PA. **ACÓRDÃO: Nº 31/08** P.D.324/04 Rpte/Rcda: Joana D’arc Nascimento de Mendonça. Rpto/ Rcte: F.B.M. (OAB/PA nº 7617), por seus procuradores legais V. F. H (OAB/PA nº 1180), M.V.I.H (OAB/PA nº 10.000), E.I.H (OAB/PA nº 9797), K.I.H (OAB/PA nº 10.500) e L.M.do C.R (OAB/PA nº 10.743). EMENTA: Advogado que se recusa a prestar contas e promover o repasse de valores recebidos em nome de seu cliente comete falta disciplinar prevista nos incisos XX e XXI da Lei nº 8.906/94. Desistência superveniente da representação, calcada em renúncia do cliente depois do julgamento do processo pelo Tribunal de Ética e Disciplina, mas não elide o poder de punir da Instituição, servindo apenas para limitar o tempo de duração da suspensão, que não deverá ultrapassar 30 (trinta) dias. Decisão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros da OAB/PA, por maioria de votos, conhecer do recurso interposto pelo recorrente, porém negar-lhe provimento, mantendo inatacável a decisão do Tribunal de Ética e Disciplina, nos termos do voto relator, decidindo ainda pelo encaminhamento dos autos ao Ministério Público. Sala de Sessões “Aldebaro Klautau”, em 15/04/2008. Angela Serra Sales – Presidente da OAB/PA. Maria Dolores Cajado Brasil – Conselheira Relatora da OAB/PA. **ACÓRDÃO: Nº 32/08** P. D.157/03 Rpte/Rcdo: Antonio Carlos Pontes Falcão, por sua procuradora legal C. S. de A (OAB/PA nº 1609). Rpto/ Rcte: S. O.S. (OAB/PA nº 1428). EMENTA: Basta a existência, em tese, da prática de infração disciplinar, para a OAB instaurar “ex officio” o processo administrativo correspondente, independentemente da

vontade dos envolvidos , em face da natureza pública da delação infracional nesta corporação. Deve o advogado tão logo receba importância em dinheiro pertencente à cliente, decorrente de ação judicial, por via de mandato, prestar contas com o constituinte. Em caso de desacordo na prestação de contas, em razão do alegado excesso pretendido pelo cliente, deve o advogado, como conhecedor do Direito, socorrer-se da via própria- consignação em pagamento- para dissipar dúvidas e fugir da mora, o que não ocorreu no presente caso. O fato do representado, mediante acordo endoprocessual, depois de instaurada a instância administrativa, haver restituído de forma parcelada a importância recebida há anos do constituinte, não elide a infração ético-disciplinar. A primariedade do representado foi levada em consideração na dosimetria da pena, fixada no grau mínimo. Decisão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros da OAB/PA, por unanimidade de votos, conhecer do recurso interposto pelo recorrente, porém negar-lhe provimento, mantendo inatacável a decisão do Tribunal de Ética e Disciplina, que aplicou ao representado, a Pena de Suspensão por 30 (trinta) dias do exercício profissional, com supedâneo no art. 34, XX e XXI c/c com o art. 37, I da Lei nº 8.906/94, nos termos do voto relator. Sala de Sessões “Aldebaro Klautau”, em 04/12/2007. Angela Serra Sales – Presidente da OAB/PA. José Ronaldo Dias Campos – Conselheiro Relator da OAB/PA. **ACÓRDÃO: Nº 33/08** P.D. 158/03 Rpte/Rcda: Ana Maria Barbosa Amaral. Rpto/ Rcte: J.C.de S. M. (OAB/PA nº 8399). EMENTA: o Pedido de Revisão tem lugar nas hipóteses elencadas pelo art. 185 do Regimento Interno da OAB, sendo cabível ainda, quando pretender desclassificação da infração ou redução da pena e por erro de julgamento, pressupondo contrariedade de lei, da Constituição Federal, do Regulamento Geral da OAB, do Código de Ética e Provimentos. Decisão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros da OAB/PA, por unanimidade de votos, não conhecer do Pedido de Revisão, nos termos do voto relatora, que apontou ausência dos requisitos de admissibilidade. Sala de Sessões “Aldebaro Klautau”, em 18/12/2007. Angela Serra Sales – Presidente da OAB/PA. Maria Dolores Cajado Brasil – Conselheira Relatora da OAB/PA. **ACÓRDÃO: Nº 34/08** P.D. 180/00 Rpte/Rcdo: Benedito Pereira de Oliveira. Rpto/ Rcte: N.P.G. (OAB/PA nº 7683). EMENTA: Prestação de contas. Deve o advogado no exercício do seu mister, proceder à prestação de contas, lhe sendo defeso o desconto de honorários do valor da causa. Estes estão circunscritos aos valores recebidos. Decisão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros da OAB/PA, por unanimidade de votos, conhecer do conhecer do recurso interposto pelo recorrente, porém negar-lhe provimento, mantendo inatacável a decisão do Tribunal de Ética e Disciplina, que aplicou ao representado, a Pena de Suspensão por 30 (trinta) dias do exercício profissional, até a satisfação dos valores recebidos, com a devida correção, nos termos do voto relator . Sala de Sessões “Aldebaro Klautau”, em 16/10/2007. Angela Serra Sales – Presidente da OAB/PA. Almyr Favacho – Conselheiro Relatora da OAB/PA. **ACÓRDÃO: Nº 35/08** P.D. 423/03 Rpte/Rcdo: André Barros Vale. Rpto/ Rcte: R.J.de P. M. A (OAB/PA nº 669). EMENTA: O Pedido de Revisão tem lugar nas hipóteses elencadas pelo art. 185 do Regimento Interno da OAB, sendo cabível ainda, quando pretender desclassificação da infração ou redução da pena e por erro de julgamento, pressupondo contrariedade de lei, da Constituição Federal, do Regulamento Geral da OAB, do Código de Ética e Provimentos. Decisão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros da OAB/PA, por maioria de votos, em conhecer o recurso do representado, negando-lhe, porém, provimento, para manter intocável a decisão atacada que julgou procedente a representação e impôs ao advogado recorrente sanção pela prática da infração tipificada no inciso XXV, do art. 34, da Lei nº 8.906/94, correspondente à Pena de Suspensão de 30 (trinta) dias, segundo previsão do art. 37, I, da mesma norma de classe.

Sala de Sessões “Aldebaro Klautau”, em 06/05/2008.

Angela Serra Sales – Presidente da OAB/PA.

Maria Dolores Cajado Brasil – Conselheira Relatora da OAB/PA.

SETOR DE PROCESSOS DA OAB/PA

Defesa Prévia

OAB/PA, notifica o Rpdo M. P. da S. (OAB/PA nº 5921) qualificado no P. D nº **084/08**; a Rpda A. de S. S (OAB/AP nº 662B) qualificada no P. D. nº **013/04**, o Rpdo M. W. S. de N (OAB/To: 2898) qualificado no P.D nº **062/08**, o Rpdo M. G. P. J (OAB/PA: 5471) qualificado no P.D nº **051/08**, a Rpda G. E de S. e S (OAB/AP nº 7642) qualificada no P. D. nº **142/07**, o Rpdo A. S. do. C (OAB/PA: 11.785) qualificado no P.D nº **002/08** para apresentarem **defesa prévia** no prazo de 15 (quinze) dias a contar do primeiro dia útil após a publicação deste.

Alegações Finais

OAB/PA, através do Relator Dr. Edgard Mario Medeiros Junior, notifica o Rpdo **W. O.** (OAB/PA nº 8682), qualificado no PD nº **198/06** para apresentar **alegações finais**, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do primeiro dia útil após a publicação deste.